

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Jornal da Bahia

Class.: 203

Data: 15 de agosto de 1987

Pg.: _____

Indigenistas negam trama

Antropólogos, indigenistas e ecologistas baianos protestaram ontem contra as acusações feitas pelo jornal O Estado de S. Paulo que em uma série de reportagens acusa o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) de fazer parte de uma trama internacional para desnacionalizar as terras e o subsolo dos índios brasileiros. O jornal afirma que o objetivo da entidade é beneficiar-se da exploração mineral nas terras indígenas e que para isso conta também com o apoio do Conselho Mundial de Igreja Cristãs. "O Estadão" assegura ainda que por trás da campanha de defesa do índio, feita junto à constituinte, pelos membros do Cimi, existe uma conspiração que visa subtrair 14% da Amazônia do controle estrito do Estado brasileiro.

A antropóloga Maria Rosário Carvalho, da Universidade Federal da Bahia, e também conselheira da Associação Nacional do Índio (Anai) afirmou que tudo não passa de mentira. Garantiu que o governo, "que deveria ter poder absoluto sobre a mineração no Estado brasileiro, já concedeu 537 alvarás de autorização de pesquisas em reservas minerais". Segundo ela, 74 grandes empresas foram beneficiadas com terras pertencentes a 77 áreas indígenas. Cinquenta por cento dos alvarás concedidos

pelo governo, segundo a antropóloga, foram para grupos privados nacionais, 40% para multinacionais e 10% para empresas estatais. Ela acha inconcebível a acusação de que as entidades de defesa do índio pretendam diminuir a soberania nacional e que "enquanto se perde tempo em polêmicas, 77 comunidades indígenas brasileiras estão ameaçadas de expulsão de suas terras e até de morte".

Na quarta-feira passada, caçiques da União das Nações Indígenas entregaram ao presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, duas propostas de emenda à Constituinte. Uma delas é de autoria do Conselho Indigenista Missionário e reconhece as tribos como entidades jurídicas, define o Brasil como Estado "pluriétnico", exige a demarcação das terras indígenas e garante aos índios o direito de explorar as jazidas minerais no subsolo de suas reservas. A antropóloga Rosário afirmou que só a empresa Anglo American recebeu 117 alvarás de autorização de pesquisas em áreas minerais. Deste total, 104 alvarás se referem a terras indígenas localizadas em Rondônia. Outra grande multinacional, a British Petroleum, recebeu, segundo Rosário, 76 alvarás, 57 dos quais se localizam em terras indígenas no Estado do Pará.